

**HABEAS CORPUS Nº 502.547 - RS (2019/0095705-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : JOSE ELIAS DOS SANTOS CABREIRA  
**ADVOGADO** : JOSÉ ELIAS DOS SANTOS CABREIRA - RS086973  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO  
**PACIENTE** : LEONARDO RODRIGUES MACHADO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de LEONARDO RODRIGUES MACHADO, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região no (Recurso em Sentido Estrito n. 5061420-79.2018.4.04.7100/RS).

Infere-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 241-A e 241-B, ambos dos Estatuto da Criança e do Adolescente. O pedido de liberdade provisória foi negado e denegada a ordem de habeas corpus por duas vezes, a defesa aportou pedidos de revogação de prisão preventiva, sendo que o último foi deferido pelo reconhecimento de desídia do órgão acusador no avanço das investigações.

A acusação interpôs recurso em sentido estrito perante o Tribunal de Justiça objetivando a prisão do paciente ou que alternativamente a fiança fosse ampliada. O Tribunal de Justiça proveu o recurso.

Sem ementa.

Agora a defesa impetra a presente medida nesta Corte sustentando que a fundamentação do acórdão recorrido não se mostra compatível com o caso já que há muito se esgotou o prazo para conclusão dos inquéritos policiais. Assegura não estarem cumpridos os requisitos necessários para a decretação da prisão preventiva do paciente. Aduz que não houve comprovação de dano físico a ninguém e que, diante da primariedade do paciente, aquele configura critério favorável. Saliencia que o paciente contribuiu com a autoridade policial desde a sua prisão em agosto de 2018 e depois se apresentando espontaneamente em março de 2019.

Ressalta as circunstâncias pessoais favoráveis do paciente.

Requer, em liminar e no mérito, a concessão de liberdade provisória ao

paciente, expedindo-se o competente alvará de soltura, livre do pagamento de fiança.

É o relatório. Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator